

Calcred S.A. -
Crédito,
Financiamento e
Investimento

**Demonstrações financeiras em
30 de junho de 2023**

Conteúdo

Relatório da Administração	3
Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras	5
Balancos patrimoniais	8
Demonstrações do resultado	9
Demonstrações do resultado abrangente	10
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido	11
Demonstrações dos fluxos de caixa - Método indireto	12
Notas explicativas às demonstrações financeiras	13

Relatório da Administração

A Calcred S.A. – Crédito, Financiamento e Investimento (“Financeira”) é uma sociedade anônima de capital fechado, focada no ramo de crédito ao consumidor, cuja sede e foro localizam-se no município de São José – SC oferecendo produtos e serviços com excelência para pessoas físicas. A Financeira passou a ofertar em maio de 2021 o crédito pessoal e incrementou o seu portfólio de produtos ativos a partir de fevereiro de 2022 com o financiamento das operações de crédito dos Cartões *Ouze*, emitidos pela empresa coligada *Calcard S.A. Instituição de Pagamentos*. As captações de recursos para o financiamento das operações ativas são realizadas pela colocação de produtos de investimentos com a emissão de Certificados de Depósitos Bancários (CDB).

1. CENÁRIO MACROECONÔMICO

O primeiro semestre de 2023 foi marcado por avanços no arcabouço fiscal através da reforma tributária que foi apresentada pelo governo. Adicionalmente, o posicionamento do Ministério da Economia acerca da meta de inflação também contribuiu para o aumento do nível de confiança dos brasileiros. O Boletim Focus do Bacen aponta um IPCA para o final do ano de 2023 de 4,95%. A queda da inflação ofereceu um respiro para os clientes da Calcred que tiveram um ano de 2022 marcado pela alta de juros e aumento da inflação. Neste contexto, o COPOM decidiu iniciar o ciclo de redução da taxa SELIC. A combinação de uma política fiscal e monetária equilibrada será combustível para a retomada do consumo e dos investimentos ao longo de 2023.

2. DESEMPENHO OPERACIONAL

A carteira de crédito ao consumidor da Calcred é composta pelas operações de financiamento do “Cartão Ouze” administrado e emitido pela Calcard S.A - Instituição de Pagamento (compondo operações de rotativo, parcelamentos com juros, saques em espécie e refinanciamento dos débitos do cartão) e por operações de empréstimo pessoal, ofertados por correspondentes no país. A carteira de crédito totalizou R\$ 160.228 em 30 de junho de 2023. Sendo R\$ 131.103 oriundos da operação do cartão de crédito Ouze e R\$ 29.125 da operação de Empréstimo Pessoal. Pela natureza das operações que são, em sua maioria, originadas do Rotativo, essa carteira é mais concentrada nas faixas de atraso de 1 a 60 dias.

O resultado do primeiro semestre de 2023 foi um prejuízo líquido de R\$ 10.114, frente ao prejuízo do mesmo período de 2022 de R\$ 9.857. Os resultados performados neste período foram impactados por uma necessidade de maior provisionamento de perdas da carteira de crédito. Há de se destacar que a Financeira adota um critério de provisão de perdas esperadas, superior aos percentuais mínimos estabelecidos pela Resolução 2.682 do Banco Central.

3. PERSPECTIVAS

As ações antecipadas de proteção da carteira e de redução da concessão de crédito que foram implantadas no primeiro trimestre de 2022 aceleraram o movimento de reconhecimento do prejuízo e, desde o segundo semestre de 2022, os indicadores financeiros e de performance mostram que a Financeira continua no caminho certo em direção ao equilíbrio financeiro e enfrentou com resiliência o período de inadimplência elevada que o Brasil sofre desde o final de 2021.

Com a maturação das operações de crédito já ajustadas às medidas de restrições de crédito que foram adotadas ao longo do ano de 2022, projetamos uma performance de melhoria dos indicadores de risco e a recuperação dos resultados da Financeira para o último trimestre de 2023.

4. AUDITORIA INDEPENDENTE

A Financeira possui processo para a contratação de Auditoria Independente considerando aspectos de transparência, conformidade, objetividade e independência do Auditor Independente, bem como, para a observância da não contratação da mesma empresa para outros serviços que possam configurar eventual conflito de interesse e perda de independência ou objetividade na execução de suas atividades. Os honorários relativos a auditoria independente relativos ao exercício de 31 de dezembro de 2023 montam R\$ 150.

5. AGRADECIMENTOS

A Calcred S.A. – Crédito, Financiamento e Investimento agradece aos seus colaboradores pela dedicação e comprometimento no exercício de suas funções e aos seus clientes e parceiros de negócios pela confiança depositada.

Administração.



KPMG Auditores Independentes Ltda.
Av. Prof. Othon Gama D´eça, 677 -
Salas 603, 604 e 605 - Centro - Ed. The Office
88015-240 - Florianópolis/SC - Brasil
Caixa Postal 1420
88010-970 - Florianópolis/SC - Brasil
Telefone +55 (48) 3205-5300
kpmg.com.br

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras

**Aos Acionistas e Diretores da
Calcred S.A. – Crédito, Financiamento e Investimento**
São José - SC

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Calcred S.A. – Crédito, Financiamento e Investimento (“Financeira”), que compreendem o balanço patrimonial em 30 de junho de 2023 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o semestre findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Calcred S.A. – Crédito, Financiamento e Investimento em 30 de junho de 2023, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o semestre findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil (BACEN).

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras”. Somos independentes em relação à Financeira, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório dos auditores

A administração da Financeira é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração pelas demonstrações financeiras

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Financeira continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Financeira ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Financeira.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.

- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Financeira. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Financeira a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com a administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Florianópolis, 30 de agosto de 2023

KPMG Auditores Independentes Ltda.
CRC SC-000190/F-9



Jonas Moreira Salles
Contador CRC SP295315/O-4

Calcred S.A. – Crédito, Financiamento e Investimento

Balanço Patrimonial em 30 de junho de 2023 e 31 de dezembro de 2022

(Em milhares de Reais)

Ativo		2023	2022	Passivo		2023	2022
Disponibilidades	4	31	284	Depósitos e Demais Instrumentos Financeiros	9	204.875	201.570
				Depósitos a prazo		204.875	201.570
Instrumentos Financeiros		245.505	225.438	Outros passivos		15.025	12.217
Aplicações interfinanceira de liquidez	4	57.732	67.993	Provisões para contingências		17	16
Títulos e valores mobiliários	5	27.545	25.863	Obrigações fiscais e previdenciárias		3.742	1.726
Operações de Crédito	6	160.228	131.582	Credores diversos	10	11.266	10.475
Provisão para perdas esperadas associadas ao Risco de Crédito	6d	(62.454)	(34.852)	Patrimônio líquido		36.903	38.022
Provisão para perdas esperadas associadas ao Risco de Crédito		(62.454)	(34.852)	Capital social		65.000	55.000
Ativos fiscais correntes e diferidos	7	61.238	46.469	Aumento de Capital Social - em aprovação		8.990	10.000
Créditos tributários		27.763	17.984	Ajustes de avaliação patrimonial		2	(3)
Tributos a recuperar		33.475	28.485	Prejuízos acumulados		(37.089)	(26.975)
Outros ativos	8	7.575	8.927	Total do passivo e patrimônio líquido		256.803	251.809
Outros valores e bens		970	921				
Despesas antecipadas		970	921				
Imobilizado de uso		329	329				
Intangível		6.072	6.072				
Depreciações e amortizações		(2.463)	(1.779)				
Total do ativo		256.803	251.809				

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Calcred S.A. – Crédito, Financiamento e Investimento

Demonstração do resultado

Semestres findos em 30 de junho de 2023 e 2022

(Em milhares de Reais)

	30/06/2023	30/06/2022
Receita da intermediação financeira	72.489	59.388
Receita de operações de crédito	12 64.372	56.962
Rendas de aplicações interfinanceiras de liquidez	3.387	2.411
Resultado de operações com títulos e valores mobiliários	1.677	15
Receita com cessão de crédito	6 3.053	-
Despesa da intermediação financeira	(79.644)	(62.541)
Provisão para perdas esperadas associadas ao Risco de Crédito	6 (64.747)	(56.009)
Despesas de captação	(14.897)	(6.532)
Resultado bruto da intermediação financeira	(7.155)	(3.153)
Outras receitas/(despesas) operacionais	(9.739)	(13.288)
Receitas de prestação de serviços	1.926	661
Despesas de pessoal	(951)	(1.690)
Despesas administrativas	13 (7.375)	(7.977)
Despesas tributárias	14 (3.420)	(3.026)
Outras receitas/despesas operacionais	81	(1.255)
Resultado antes da tributação sobre o lucro	(16.894)	(16.441)
Imposto de renda e contribuição social	6.780	6.584
Imposto de renda e contribuição social correntes	(3.001)	(14.410)
Imposto de renda e contribuição social diferido	9.781	20.995
Prejuízo líquido do semestre	(10.114)	(9.857)
Quantidade de ações do capital social	73.990	25.000

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Calcred S.A. – Crédito, Financiamento e Investimento

Demonstrações de resultados abrangentes

Semestres findos em 30 de junho de 2023 e 2022

(Em milhares de Reais)

	2023	2022
Prejuízo do semestre	<u>(10.114)</u>	<u>(9.857)</u>
Itens que podem ser subsequentemente reclassificados para o resultado		
Outros resultados abrangentes - títulos e valores mobiliários disponíveis para venda	5	-
Resultado abrangente total	<u><u>(10.109)</u></u>	<u><u>(9.857)</u></u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Calcred S.A. – Crédito, Financiamento e Investimento

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido

Semestres findos em 30 de junho de 2023 e 2022

(Em milhares de Reais)

	Capital social	Aumento de capital	Reserva Legal	Lucros/ Prejuízos acumulados	Outros resultados abrangentes	Total
Saldos em 1º de janeiro de 2022	25.000	-	-	(1.973)		23.027
Prejuízo do semestre	-	-	-	(9.857)	-	(9.857)
Ajustes de avaliação patrimonial	-	-	-	-	(13)	(13)
Aumento de Capital Social - em aprovação	-	15.000	-	-	-	15.000
Saldos em 30 de junho de 2022	25.000	15.000	-	(11.830)	(13)	28.157
Saldos em 1º de janeiro de 2023	55.000	10.000	-	(26.975)	(3)	38.022
Aumento de Capital Social	10.000	(10.000)	-	-	-	-
Aumento de Capital Social - em aprovação	-	8.990	-	-	-	8.990
Prejuízo do semestre	-	-	-	(10.114)	-	(10.114)
Ajustes de avaliação patrimonial	-	-	-	-	5	5
Saldos em 30 de junho de 2023	65.000	8.990	-	(37.089)	2	36.903

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Calcred S.A. – Crédito, Financiamento e Investimento

Demonstrações dos fluxos de caixa - (Método Indireto)

Semestres findos em 30 de junho de 2023 e 2022

(Em milhares de Reais)

	2023	2022
Fluxos de caixa das atividades operacionais		
Prejuízo do semestre antes dos impostos	(16.894)	(16.441)
Depreciação e amortização	684	684
Provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito	64.747	56.009
Ajuste de avaliação patrimonial	5	(13)
Provisão Cível	17	-
Variações nos ativos e passivos	(64.596)	(14.888)
(Aumento)/Redução em títulos e valores mobiliários	(1.682)	(15.044)
(Aumento)/Redução em operações de crédito	(65.791)	(159.045)
(Aumento)/Redução em outros ativos	(3.636)	(8.489)
(Aumento)/Redução em outros valores e bens	(49)	(396)
Aumento/(Redução) em depósitos	3.305	151.884
Aumento/(Redução) em outros passivos	3.257	16.202
Imposto de renda e contribuição social pagos	(3.467)	(14.320)
Caixa líquido (aplicado nas) gerado pelas atividades operacionais	(19.504)	11.031
Fluxos de caixa das atividades de Investimento		
Aquisição de imobilizado de uso	-	(1.097)
Aquisição de intangível	-	-
Caixa líquido (aplicado nas) atividades de Investimento	-	(1.097)
Fluxos de caixa das atividades de Financiamento		
Integralização de Capital	8.990	15.000
Caixa líquido gerado pelas atividades de financiamento	8.990	15.000
Aumento no caixa e equivalentes de caixa	(10.514)	24.934
Disponibilidades no início do período	68.277	25.685
Disponibilidades no fim do período	57.763	50.619
Aumento no caixa e equivalentes de caixa	(10.514)	24.934

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em milhares de Reais)

1 Contexto operacional

A Calcred S.A. – Crédito, Financiamento e Investimento (“Financeira” ou “Companhia”) é uma sociedade anônima de capital fechado, focada no ramo de crédito ao consumidor, cuja sede e foro localizam-se no município de São José – SC.

A Financeira oferece produtos como o financiamento de cartões de crédito e crédito pessoal para pessoas físicas, bem como produtos de investimentos com emissão de CDB’s.

A Financeira foi constituída em 10 de março de 2020, recebendo autorização do Banco Central do Brasil para funcionamento em 03 de maio de 2021, conforme publicação no Diário Oficial no dia 05 de maio do mesmo ano.

A partir de maio de 2021, iniciou as operações de crédito na modalidade do crédito pessoal e desde fevereiro de 2022 passou a ofertar o financiamento de cartões de crédito nas modalidades do rotativo e de parcelados.

A carteira de crédito ao consumidor da Financeira é composta pelas operações de financiamento do “Cartão Ouze”, administrado e emitido pela Calcard S.A - Instituição de Pagamento (“Calcard”) (compondo operações de rotativo, parcelamentos com juros, saques em espécie e refinanciamento dos débitos do cartão) e por operações de empréstimo pessoal, ofertados por correspondentes no país. A Calcard é emissora e gestora do “Cartão Ouze”, apta a ter suas operações financiadas pela Calcred, conforme dispõe o “Contrato de Adesão para Emissão, Administração e Utilização do Cartão Ouze”. Além de emissora do “Cartão Ouze”, a Calcard, é agente arrecadador, e de cobrança ordinária e extraordinária, dos pagamentos efetuados pelos clientes da Calcred através da fatura do “Cartão Ouze”.

Em 30 de junho de 2023, o fluxo de caixa operacional da Financeira apresenta-se negativo em R\$ 19.504. Ao avaliar a continuidade da Financeira a administração considerou: (i) a existência das obrigações de curto e longo prazo com entidade do grupo econômico ao qual a Financeira pertence, e o compromisso dessa entidade em repactuar as obrigações caso seja necessário e (ii) o suporte financeiro da controladora, que possui recursos suficientes e compromete-se a aportar, se necessário, para fazer frente aos passivos da Financeira. Dessa forma, a Administração concluiu pela não existência de riscos relacionados à continuidade operacional da Financeira. Em 2023 foi realizado um aporte de capital no total de R\$ 8.990 que está em aprovação pelo Banco Central.

2 Base de apresentação das demonstrações financeiras

As demonstrações financeiras da Calcred S.A. – Crédito, Financiamento e Investimento foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, as quais abrangem a legislação societária brasileira e as normas emitidas pelo Conselho Monetário Nacional - CMN e pelo Banco Central do Brasil, com as diretrizes contábeis emanadas da Lei nº 4.595/64 (Lei do Sistema Financeiro Nacional), Lei nº 6.404/76 (Lei das Sociedades por Ações), Resolução CMN nº 4.818/2020 e Resolução BCB nº 2/2020, incluindo as alterações introduzidas pelas Leis nº 11.638/07 e nº 11.941/09.

A administração declara que preparou as demonstrações financeiras no pressuposto de continuidade dos negócios e que as divulgações realizadas evidenciam todas as informações relevantes utilizadas na sua gestão e que as práticas contábeis foram aplicadas de maneira consistente entre os períodos.

Em 30 de agosto de 2023, as demonstrações financeiras foram concluídas e aprovadas pela Administração, bem como, foi autorizada a divulgação a partir dessa data.

3 Principais práticas e políticas contábeis

a. Moeda funcional

Estas demonstrações financeiras estão apresentadas em Reais, que é a moeda funcional e de apresentação da Financeira. Todos os saldos foram arredondados para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

b. Estimativas contábeis

Na elaboração das demonstrações financeiras é necessário utilizar estimativas para contabilizar certos ativos, passivos e outras transações. As informações financeiras da Financeira incluem estimativas e premissas, como a mensuração de provisões para perdas com operações de crédito, estimativas do valor justo de determinados instrumentos financeiros, provisão para contingências, outras provisões e projeções de lucro tributável futuro para a realização dos créditos tributários. Os resultados efetivos podem ser diferentes daquelas estimativas e premissas. A Financeira revisa as estimativas e as premissas pelo menos semestralmente.

c. Apuração de resultados

As receitas e despesas foram reconhecidas pelo regime de competência.

d. Caixa e equivalentes de caixa

O valor apresentado como caixa e equivalentes a caixa corresponde a ativos de alta liquidez, risco insignificante de mudança de valor e prazo de vencimento de no máximo 90 dias, contados da data de aquisição. São registradas pelo valor de aplicação ou aquisição acrescida dos rendimentos auferidos até a data do balanço. Dessa forma, o valor contábil se aproxima de seu valor justo.

e. Aplicações interfinanceiras de liquidez

Representam operações a preços fixos referentes às compras de títulos com compromisso de revenda e estão demonstradas pelo valor de resgate, líquidas dos rendimentos a apropriar correspondentes a períodos futuros.

f. Títulos e valores mobiliários

De acordo com a Circular nº 3.068 de 8 de novembro de 2001 do Bacen, os títulos e valores mobiliários são classificados de acordo com a intenção de negociação da Administração em três categorias específicas, atendendo aos seguintes critérios de contabilização:

- (i) **Títulos para negociação** - Adquiridos com a intenção de serem ativos e frequentemente negociados, são ajustados pelo valor de mercado em contrapartida ao resultado do exercício. Adicionalmente, tais ativos são apresentados no ativo circulante independentemente do seu vencimento.

- (ii) **Títulos disponíveis para venda** - que não se enquadrem como para negociação nem como mantidos até o vencimento, são ajustados pelo valor de mercado em contrapartida à conta destacada do patrimônio líquido, deduzidos dos efeitos tributários.
- (iii) **Títulos mantidos até o vencimento** - adquiridos com a intenção e a capacidade financeira para sua manutenção em carteira até o vencimento, são avaliados pelo custo de aquisição, acrescido dos rendimentos auferidos em contrapartida ao resultado do exercício.

g. Operações de crédito, depósitos e demais instrumentos financeiros

As operações com taxas prefixadas são registradas pelo valor de resgate, e as receitas e as despesas correspondentes a períodos futuros são registradas em conta redutora dos respectivos ativos e passivos. As operações com taxas pós-fixadas estão atualizadas até a data do balanço.

As rendas das operações de crédito vencidas há mais de 60 dias, independentemente de seu nível de risco, somente são reconhecidas como receita quando efetivamente recebidas.

Operações de venda ou transferência de ativos financeiros de acordo com a Resolução CMN nº 3.533/08 e alterações posteriores, o registro contábil da baixa do ativo financeiro está relacionado à retenção substancial dos riscos e benefícios na operação de venda ou transferência, de acordo com as seguintes categorias:

- (i) Operações com transferência substancial dos riscos e benefícios;
- (ii) Operações com retenção substancial dos riscos e benefícios;
- (iii) Operações sem transferência nem retenção substancial dos riscos e benefícios.

As operações de cessões de créditos na Financeira são relacionadas às operações em que o vendedor ou cedente não transfere nem retém substancialmente todos os riscos e benefícios de propriedade do ativo financeiro objeto da operação.

h. Provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito

As operações estão classificadas de acordo com as características de garantia e os valores individuais envolvidos, e a constituição da provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito foi definida para cobrir eventuais perdas e leva em consideração os riscos específicos e globais da carteira, utilizando para isso os limites mínimos de cada nível de risco, estabelecidos pela Resolução nº 2.682, de 21 de dezembro de 1999 do CMN, acrescidos de uma majoração calculada a partir da rolagem de atrasos da carteira dos últimos 12 meses (média móvel).

As baixas de operações de crédito contra prejuízo (write-offs) são efetuadas após decorridos seis meses de sua classificação no rating “H”. O controle das operações de crédito baixadas para prejuízo ocorre em contas de compensação por, no mínimo, cinco anos, não sendo registrados posteriormente.

As operações renegociadas são mantidas, no mínimo, no mesmo nível em que estavam classificadas quando da data da renegociação. As renegociações que já haviam sido baixadas contra a provisão e que estavam em contas de compensação, são classificadas como nível "H". Quando houver amortização significativa da operação ou quando novos fatos relevantes justificarem a mudança do nível de risco, poderá ocorrer a reclassificação da operação para categoria de menor risco.

A Financeira não considera, para nenhuma modalidade de crédito, a contagem em dobro para os contratos com prazos vencidos superiores a 36 meses, conforme permitido pela Resolução CMN nº 2.682/99.

i. Imobilizado de uso

O imobilizado de uso é registrado pelo valor de custo de aquisição. As depreciações são classificadas pelo prazo de vida útil atribuído.

Ativos não financeiros estão sujeitos à avaliação ao valor recuperável (impairment) em períodos anuais, ou em maior frequência, se as condições ou as circunstâncias indicarem possibilidade de redução do valor de recuperação destes.

A Financeira avaliou e não identificou eventos ou condições nas circunstâncias que indicassem necessidade de impairment.

j. Ativos intangíveis

Ativos intangíveis adquiridos separadamente são mensurados no reconhecimento inicial ao custo de formação ou aquisição e, posteriormente, deduzidos da amortização acumulada e perdas do valor recuperável, quando aplicável. Os ativos intangíveis com vida útil definida são amortizados de acordo com sua vida útil econômica estimada e, quando são identificadas indicações de perda de seu valor recuperável, submetidos a teste para análise de perda no seu valor recuperável. Os intangíveis atualmente detidos pela Empresa são amortizados em cinco anos, pelo método linear. O período e o método de amortização para um ativo intangível com vida definida são revisados no mínimo ao final de cada exercício social.

k. Redução ao valor recuperável de ativos não financeiros

Os valores contábeis dos ativos não financeiros da Financeira são revistos a cada data de balanço para apurar se há indicação de perda no valor recuperável. Caso ocorra tal indicação, então o valor recuperável do ativo é estimado.

O valor recuperável de um ativo é o maior entre o seu valor em uso e o seu valor justo menos custos para vender. O valor em uso é baseado em fluxos de caixa futuros estimados, descontados a valor presente usando uma taxa de desconto antes dos impostos que reflita as avaliações atuais de mercado do valor do dinheiro no tempo e os riscos específicos do ativo.

l. Tributos

Os tributos são apurados com base nas alíquotas demonstradas no quadro a seguir:

Tributos	Alíquotas vigentes
Imposto de Renda (15% + adicional de 10%)	25%
Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL) (*)	15% e 20%
PIS/PASEP	0,65%
Contribuição para Financiamento da Seguridade Social (COFINS)	4%
Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza (ISSQN)	5%

As alíquotas aplicáveis são de 15% para a contribuição social e de 15%, acrescida do adicional de 10% para lucros excedentes a R\$ 120 no semestre, para imposto de renda sobre o lucro tributável apurado no exercício, ajustado por diferenças permanentes e temporárias.

(*) Em 2022 conforme disposto na Medida Provisória nº 1.115/22, convertida na Lei nº 14.446, para o período de 1 de agosto a 31 de dezembro de 2022, a alíquota da contribuição social passou de 15% para 16%, retornando a 15% a partir de 1º de janeiro de 2023.

Os créditos tributários de imposto de renda e contribuição social são constituídos sobre diferenças temporariamente indedutíveis, prejuízo fiscal de imposto de renda e base negativa de contribuição social. As alíquotas aplicáveis são de 20% para a contribuição social e de 15% (mais adicional de 10% conforme a legislação) para imposto de renda sobre o lucro tributável apurado no período, ajustado por diferenças permanentes e temporárias. A realização desses créditos tributários ocorrerá quando da realização das provisões constituídas e pela geração de lucros tributáveis, observando, para prejuízo fiscal e base negativa, o limite de 30% do lucro real do período-base. Esses créditos tributários são reconhecidos contabilmente com base nas expectativas atuais de realização, considerando os estudos técnicos e as análises realizadas pela Administração.

m. Ativos e passivos contingentes e obrigações legais

De acordo com a Resolução CMN nº 3.823/2009:

- **Ativos contingentes** - São reconhecidos apenas quando da existência de evidências que assegurem sua realização.
- **Passivos contingentes** - São representados por obrigações potenciais decorrentes de eventos passados e cuja ocorrência dependa de eventos futuros. A Companhia reconhece a provisão para a parte da obrigação para a qual é provável uma saída de recursos que incorpora benefícios econômicos.

As provisões registradas nas demonstrações financeiras decorrem, basicamente de processos judiciais e/ou administrativos, inerentes ao curso normal dos negócios movidos por terceiros. A avaliação da probabilidade de perda das contingências são classificadas como remota, possível ou provável com base no julgamento dos assessores jurídicos, sobre o fundamento jurídico da causa e a viabilidade de produção de provas, da jurisprudência em questão, da possibilidade de recorrer à instâncias superiores e da experiência histórica da Financeira.

Considerando a imprecisão do ordenamento jurídico para previsão de eventuais perdas, é entendido que as avaliações estarão sujeitas a atualizações mensais.

São constituídas provisões para os casos classificados como perda provável em que o “valor do risco de perda” possa ser determinado ou estimado. Os passivos contingentes classificados como de perdas possíveis não são reconhecidos contabilmente, devendo ser apenas divulgados nas notas explicativas, quando individualmente relevante, e os classificados como remotos não requerem provisão nem divulgação.

n. Resultado recorrente e/ou não recorrente

A Financeira considera como recorrentes os resultados oriundos das operações realizadas de acordo com o objeto social da Financeira, considerando seu Estatuto Social. A Administração considera como não recorrentes os resultados que não estejam relacionados ou estejam relacionados incidentalmente com as atividades típicas da Financeira e resultados que não estejam previstos para ocorrer com frequência em períodos futuros. Em 30 de junho de 2023 e 2022 o resultado da Financeira foi obtido exclusivamente com base em resultados recorrentes.

o. Mudança nas principais políticas e práticas contábeis

A Resolução CMN nº 4.966/2021 e a Resolução BCB 309/2023 estabelecem os conceitos e critérios contábeis aplicáveis a instrumentos financeiros, bem como para a designação e o reconhecimento das relações de proteção (contabilidade de hedge), harmonizando os critérios contábeis do COSIF para os requerimentos da norma internacional IFRS 9 a partir de 1º de janeiro de 2025. Dentre as principais mudanças está a classificação de instrumentos financeiros, reconhecimento de juros em caso de atraso, cálculo da taxa efetiva contratual, baixa a prejuízo e reconhecimento da provisão e classificação das operações com problemas de crédito. A Lei nº 14.467/2022 alterou o tratamento tributário aplicável às perdas incorridas no recebimento de créditos decorrentes das atividades das Instituições financeiras e demais autorizadas a funcionar pelo BACEN. A principal alteração está na dedução das perdas incorridas na determinação do Lucro Real e da base de cálculo da CSLL. Esta lei entrará em vigor a partir de 1º de janeiro de 2025.

A adoção da Resolução CMN nº 4.966/2021, da Lei nº 14.467/2022 e de outros normativos que são correlacionados, inclusive a reformulação do elenco de contas do COSIF, estão contidas no Plano de Implementação da Financeira.

O Plano de Implementação dos referidos normativos na Financeira está segregado em três pilares:

- (i) Organização e Governança: Fóruns e Comitês compostos por diversos níveis hierárquicos dedicados a definição e acompanhamento da implementação;
- (ii) Processos e Sistemas: Mapeamento dos impactos e implementação das mudanças nos processos e sistemas; e
- (iii) Modelos e Critérios: Revisão e atualização dos modelos e critérios utilizados nas estimativas contábeis.

4 Caixa e equivalentes de caixa

	30/06/2023	31/12/2022
Disponibilidades (a)	31	284
Aplicações interfinanceiras de liquidez (b)	57.732	67.993
Total – circulante	57.763	68.277

(a) Disponibilidades são representadas por saldos depositados em contas bancárias.

(b) Em 30 de junho de 2023, a Financeira possuía aplicações em operações compromissadas lastreadas em títulos públicos federais, títulos públicos federais e aplicações em CDI (Certificado de depósito interbancário) com liquidez diária, remuneradas a 98,0% a 100% do CDI (98,0% em 31 de dezembro de 2022).

5 Títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos

	30/06/2023		31/12/2022	
	Valor Mercado	Valor Custo	Valor Mercado	Valor Custo
Títulos Disponíveis para venda				
LFT	18.511	18.510	15.626	15.628
Vinculados BACEN - LFT (a)	9.034	9.033	10.237	10.238
Total – não circulante	27.545	27.543	25.863	25.866

- (a) Os títulos públicos federais, vinculados ao Banco Central do Brasil, correspondem à integralização de capital social subscrito, recolhidos até aprovação do processo pelo Banco Central do Brasil.

O valor de mercado dos títulos públicos federais foi apurado com base nos preços divulgados pela Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais (ANBIMA).

Os efeitos decorrentes do ajuste a valor de mercado dos títulos disponíveis para venda foram levados à conta específica do patrimônio líquido deduzidos dos efeitos tributários, quando aplicável. Os efeitos decorrentes do ajuste a valor de mercado em contrapartida ao resultado do período.

Os títulos têm vencimento em 01/03/2024.

Em 30 de junho de 2023 foi registrado o ajuste de avaliação patrimonial de R\$ 2 (R\$ 3 negativo em 31 de dezembro de 2022).

Em 30 de junho de 2023 e em 31 de dezembro de 2022, não havia operações envolvendo instrumentos financeiros derivativos em aberto.

6 Operações de crédito

As operações de crédito na Financeira caracterizam-se pela disponibilização de crédito ao consumidor através de empréstimo pessoal e operações com juros transacionadas com os cartões de crédito Ouze (crédito rotativo, parcelamentos e saques). Essas operações estão classificadas de acordo com o previsto na Resolução nº 2.682, de 21 de dezembro de 1999 do CMN, em função das características de garantia e dos valores individuais envolvidos. Utilizamos os % mínimos da 2.682, acrescidos de uma majoração calculada a partir das rolagens de atrasos de carteira dos últimos 12 meses (média móvel).

a) Composição da carteira de crédito por segmento

	30/06/2023	31/12/2022
Empréstimos	29.125	18.482
Cartão de Crédito - Crédito Rotativo	16.928	19.723
Cartão de Crédito - Crédito em Liquidação	102.587	43.287
Cartão de Crédito - Parcelado com Juros	11.141	49.662
Cartão de Crédito – Saques Financiados	447	428
Total - Circulante	160.228	131.582

b) Composição da carteira de crédito por tipo de cliente e atividade econômica

Tipo cliente	Empréstimo pessoal e cartão	Empréstimo pessoal e cartão
	30/06/2023	31/12/2022
Pessoas físicas	160.228	131.582
Total da carteira	160.228	131.582

c) Composição da carteira por faixas e vencimento

As operações de crédito apresentam o seguinte perfil por faixa de vencimento:

	30/06/2023	31/12/2022
Parcelas vencidas	94.569	67.615
A vencer		
A vencer até 3 meses	42.834	44.115
A vencer de 3 a 12 meses	22.259	19.258
A vencer de 1 a 3 anos	566	594
Total	160.228	131.582

d) Composição da carteira de crédito por nível de risco

Nível	Parcelas Vencidas	A vencer	Provisão em 30/06/2023 (Resolução CMN nº 2.682/99 e adicional)		
			% mínima	% adicional	em R\$
A	4.477	55.186	0,5%	0,49%	588
B	5.352	4.165	1%	1,99%	285
C	6.652	3.186	3%	6,99%	983
D	10.569	958	10%	19,91%	3.457
E	9.613	710	30%	8,29%	4.048
F	11.453	481	50%	-	5.967
G	11.971	270	70%	26,23%	11.941
H	34.482	703	100%	-	35.185
Total	94.569	65.659			62.454

Nível	Parcelas Vencidas	A vencer	Provisão em 31/12/2022 (Resolução CMN nº 2.682/99 e adicional)		
			% mínima	% adicional	em R\$
A	-	54.572	0,5%	0,49%	540
B	5.822	3.880	1%	1,99%	290
C	8.701	3.053	3%	6,99%	1.170
D	10.677	767	10%	19,99%	3.423
E	12.068	529	30%	9,22%	4.823
F	12.523	396	50%	-	6.460
G	11.712	274	70%	27,55%	11.538
H	6.112	496	100%	-	6.608
Total	67.615	63.967			34.852

e) Movimentação da provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito

	30/06/2023	31/12/2022
Saldo inicial	34.852	98
Constituição/reversão de provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito	64.747	129.569
Provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito	99.599	129.667
Reversão de provisão para perdas associadas ao risco de crédito (cessão de carteira) (Nota 6.h)	(32.069)	(81.351)
Transferência para prejuízo	(5.076)	(13.464)
Saldo final	62.454	34.852

f) Créditos recuperados e renegociados

Em 30 de junho de 2023 foram recuperados um total de R\$ 3.053 (vide nota explicativa 6.h) de créditos ativos em atraso (R\$ 8.276 no exercício findo em 2022) e o saldo das operações renegociadas representam R\$ 21.692 (R\$ 16.508 em 31 de dezembro de 2022) conforme demonstra o quadro abaixo:

	Provisão em 30/06/2023 Mínima			
Operações de empréstimo pessoal e cartão de crédito	(Resolução CMN nº 2.682/99 e adicional)			
Nível	Em R\$	% mínima	% adicional	em R\$
A	11.809	0,5%	0,49%	117
B	2.457	1%	1,99%	73
C	2.355	3%	6,99%	235
D	2.378	10%	19,99%	713
E	1.759	30%	9,22%	690
F	252	50%	0	126
G	140	70%	27,55%	136
H	542	100%	0	544
Total	21.692			2.634

	Provisão em 31/12/2022 Mínima			
Operações de empréstimo pessoal e cartão de crédito	(Resolução CMN nº 2.682/99 e adicional)			
Nível	Em R\$	% mínima	% adicional	em R\$
A	10.100	0,5%	0,49%	100
B	1.504	1%	1,99%	45
C	1.695	3%	6,99%	169
D	932	10%	19,91%	279
E	1.158	30%	8,29%	443
F	785	50%	-	393
G	196	70%	26,23%	189
H	138	100%	-	138
Total	16.508			1.756

g) Concentração da carteira de crédito

	30/06/2023	31/12/2022
Dez maiores devedores	765	710
Percentual do total da carteira de operações de crédito	0,48%	0,54%
Cinquenta maiores devedores seguintes	1.545	1.393
Percentual do total da carteira de operações de crédito	0,96%	1,06%

h) Cessão de crédito

Em 31 de março de 2023, a Financeira firmou contrato de cessão de crédito, sem retenção substancial dos riscos e benefícios, referente parte da carteira de recebíveis, vencidos há mais de 160 dias. A transação foi efetuada com a cessionária Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Ouze. A cessão da carteira ativa, gerou a baixa da carteira de crédito no valor nominal de R\$ 32.069, contra uma despesa (deságio) de R\$ 29.016 e consequente reversão de R\$ 32.069 de provisão para perdas associados ao risco de crédito, o que gerou resultado positivo na cessão no valor de R\$ 3.053.

Abaixo, um resumo das transações cedidas:

	Saldo curva	Deságio	Resultado Líquido
Cessão de carteira ativa	32.069	(29.016)	3.053
Total	32.069	(29.016)	3.053

7 Ativos fiscais correntes e diferidos

Impostos e contribuições a compensar

Os impostos e contribuições a compensar estão representados no montante de R\$ 33.475 em 30 de junho de 2023, referente a IRPJ e CSLL pagos antecipadamente por meio de estimativa mensal (R\$ 28.485 em 31 de dezembro de 2022).

Créditos tributários

Os créditos fiscais diferidos de imposto de renda e contribuição social são constituídos para as despesas apropriadas no exercício e ainda não dedutíveis para fins de imposto de renda e contribuição social, mas cujas exclusões ou compensações futuras, para fins de apuração de lucro real, estão explicitamente estabelecidas ou autorizadas pela legislação tributária. Os créditos tributários são reconhecidos contabilmente baseados nas expectativas de realização em conformidade com a Resolução CMN nº 4.842/2020.

A Financeira adota o procedimento de reconhecer créditos tributários de imposto de renda e de contribuição social sobre diferenças temporárias. Em 30 de junho de 2023 e em 31 de dezembro de 2022, os valores desses tributos diferidos são os seguintes:

Composição por base de diferimento

	Imposto de Renda	30/06/2023 Contribuição Social	Total	31/12/2022 Total
Itens base do diferimento				
Prejuízo Fiscal	1.708	1.025	2.733	4.028
Provisões administrativas	30	18	48	15
Provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito	15.614	9.368	24.982	13.941
Total	17.352	10.411	27.763	17.984

Apuração

	2023	2022
Saldo de prejuízo fiscal:	6.832	10.071
Saldo Provisões administrativas/cível	123	3
Saldo de provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito e provisões passivas não dedutíveis para fins de imposto de renda e contribuição social:	62.454	34.852
Crédito tributário líquido constituído – Imposto de renda – 25%	17.352	11.240
Crédito tributário líquido constituído – Contribuição social – 15%	10.411	6.744
Total	27.763	17.984
Circulante	14.156	14.161
Não circulante	13.607	3.823

Movimentação

	2023	2022
Saldo inicial crédito tributário diferido	17.984	1.321
Constituição	26.054	113.401
Utilização	(16.275)	(96.738)
Saldo final crédito tributário diferido	27.763	17.984

Realização

Os créditos tributários são registrados por seus valores nominais e serão revertidos conforme suas exclusões no cálculo do resultado tributável em períodos futuros, quando os valores contábeis dos ativos forem recuperados ou liquidados, cuja expectativa é conforme demonstrado abaixo:

Período	2023	2022
2023	13.943	14.161
2024	12.710	274
2025	1.110	2.298
2026	-	1.251
Saldo final crédito tributário diferido	27.763	17.984

Valor presente dos créditos tributários

Conforme requerido pela Resolução nº 4.842 de 30/07/2020, o valor presente dos créditos tributários, calculado considerando a taxa de captação de 14,93% a.a., totaliza R\$ 22.485.

8 Outros ativos

	30/06/2023	31/12/2022
Contas a receber Calcard – Cartões financiados (a)	6.670	8.384
Devedores diversos – país	855	542
Adiantamentos e antecipações salariais	50	1
Total – circulante	7.575	8.927

- (a) Refere-se ao contas a receber dos pagamentos de clientes a serem repassados pela Calcard incluso no processo do fluxo financeiro de cartões financiados.

9 Depósitos a prazo

Os depósitos a prazo são atrelados ao CDI, com percentuais entre 100% e 120%, conforme o prazo e a data de aplicação, com vencimentos até abril de 2026. Os depósitos a prazo possuem a seguinte distribuição de vencimentos:

	30/06/2023	31/12/2022
A vencer em até 3 meses	17.415	22.013
A vencer em até 12 meses	57.656	32.776
A vencer de 1 a 3 anos	129.804	146.781
Total	204.875	201.570
Circulante	75.071	54.789
Não circulante	129.804	146.781

10 Credores Diversos

	30/06/2023	31/12/2022
Partes relacionadas	9.517	7.904
Fornecedores a pagar	229	1.137
Passivos diversos	1.255	1.188
Provisões para pagamento de despesa com pessoal	265	246
Total – Circulante	11.266	10.475

11 Patrimônio líquido

Capital social

Em 30 de junho de 2023 o capital social subscrito e integralizado está representado por 73.990 ações ordinárias nominativas sem valor nominal, de acionistas domiciliados no País (55.000 em 31 de dezembro de 2022).

Em 20 de junho de 2023 foi deliberado na Assembleia Geral Extraordinária o aumento de capital no montante de R\$ 8.990, representado por 8.990 ações ordinárias nominativas sem valor nominal, de acionistas domiciliados no País.

Em 13 de janeiro de 2023, foi aprovado pelo Banco Central do Brasil, o aumento de capital conforme deliberado na Assembleia Geral Extraordinária de 27 de outubro de 2022 no montante de R\$ 10.000, representado por 10.000 ações ordinárias nominativas sem valor nominal de acionistas domiciliados no País.

Em 25 de novembro de 2022 foi aprovado pelo Banco Central do Brasil, o aumento de capital conforme deliberado na Assembleia Geral Extraordinária de 9 de setembro de 2022 no montante de R\$ 15.000, representado por 15.000 ações ordinárias nominativas sem valor nominal, de acionistas domiciliados no País.

Em 05 de setembro de 2022 foi aprovado pelo Banco Central do Brasil, o aumento de capital conforme deliberado na Assembleia Geral Extraordinária de 27 de junho de 2022 no montante de R\$ 15.000, representado por 15.000 ações ordinárias nominativas sem valor nominal, de acionistas domiciliados no País.

Reserva legal

É constituída à razão de 5% do lucro líquido apurado em cada exercício social, nos termos do art. 193 da Lei nº 6.404/76, até o limite de 20% do capital social.

Dividendos e Juros sobre capital próprio

Conforme o parágrafo quarto, do art. 19, do estatuto, é assegurada a distribuição de dividendos obrigatórios de 25% (vinte e cinco por cento) do lucro líquido ajustado nos termos do art. 202, da Lei nº 6.404/76.

12 Receita de operações de crédito

	30/06/2023	30/06/2022
Rendas de empréstimos	(8.843)	(5.694)
Rendas cartão de crédito	<u>(55.529)</u>	<u>(51.268)</u>
Total	<u>(64.372)</u>	<u>(56.962)</u>

13 Despesas administrativas

	30/06/2023	30/06/2022
Despesas com partes relacionadas	(5.197)	(5.776)
Despesas de serviços de terceiros	-	(410)
Despesas com serviços técnicos especializados	(211)	(299)
Despesas com processamento de dados	(716)	(540)
Despesas com depreciação e amortização	(684)	(684)
Despesas bancárias	(377)	(147)
Outras despesas	(190)	(121)
Total	<u>(7.375)</u>	<u>(7.977)</u>

14 Despesas tributárias

	Alíquota	30/06/2023	30/06/2022
Programa de integração social (PIS)	0,65%	(464)	(390)
Contribuição para o financiamento da seguridade social (COFINS)	4,00%	(2.857)	(2.400)
Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza (ISSQN)	5,00%	(99)	(236)
Total		(3.420)	(3.026)

15 Transações com partes relacionadas

As partes relacionadas da Financeira incluem transações com as empresas controladoras, coligadas e pessoas-chave na Administração. Pessoas-chave da Administração são definidas como aquelas que tem autoridade e responsabilidade de planejamento, direção e controle. Os administradores são remunerados na forma de pró-labore pago via folha de pagamento. A remuneração, incluindo gratificações, é apresentada na rubrica “Despesas de pessoal”, na demonstração do resultado, no montante de R\$ 3 em 30 de junho de 2023 (R\$ 227 em 30 de junho de 2022). A Financeira não disponibiliza outros benefícios de longo prazo, benefícios de rescisão de contrato de trabalho ou remuneração baseada em ações para o pessoal-chave da Administração.

Prestação de serviços

Em 30 de junho de 2023 e em 31 de dezembro 2022, os valores financeiros entre a Financeira e as empresas relacionadas, pertencentes ao mesmo grupo econômico, decorrentes de transações compatíveis com o mercado, estavam assim compostos:

	Calcenter Calçados	Calcard as Instituição de Pagamentos	Gabriela Participações	Z&M Participações	2023	2022
Ativo						
Contas a receber	-	6.670	-	9	6.679	6.647
Total ativo	-	6.670	-	9	6.679	6.647
Passivo						
Credenciados	10	5.524	-	-	5.534	3.565
Centro de Serviço Compartilhado	262	3.721	-	-	3.983	3.153
Depósito a Prazo	-	10.267	-	-	10.267	24.930
Outros Contas a Pagar	-	-	-	-	-	1.185
Total passivo	272	19.512	-	-	19.784	32.833
Receitas/(Despesa)						
Centro de Serviço Compartilhado	(92)	(5.197)	(3)	(20)	(5.312)	(13.488)
Outras receitas/(despesas)	-	-	-	-	-	(241)
Total despesa	(92)	(5.197)	(3)	(20)	(5.312)	(13.729)

16 Imposto de renda e contribuição social

Demonstramos, abaixo, a apuração do imposto de renda e da contribuição social para os semestres findos em 30 de junho de 2023 e 2022.

a. Imposto de renda e contribuição social

	30/06/2023	30/06/2022
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	(16.894)	(16.442)
Efeito das adições e das exclusões no cálculo dos tributos	24.451	55.402
Diferenças temporárias de provisões	27.690	55.402
(-) Consumo base negativa	(3.239)	-
Base de cálculo do imposto de renda e da contribuição social	7.557	38.960
Imposto de renda e contribuição social - Corrente	3.001	14.410

17 Passivos contingentes

Em 30 de junho de 2023, a Financeira possui somente ações cíveis classificadas com risco de perda provável, e está registrado na rubrica de provisão para contingência o valor estimado de R\$ 17 (R\$ 16 em 31 de dezembro de 2022), com base no julgamento dos assessores jurídicos da Financeira. Esses valores são calculados individualmente, por processo e com base nos valores históricos.

18 Gerenciamento de riscos e instrumentos financeiros

A estrutura de gerenciamento de riscos da Financeira esta pautada no conjunto de políticas, estratégias, processos e métodos direcionados a conformidade e gerenciamento dos riscos de mercado, liquidez, crédito, operacional e gestão de capital.

A estrutura está em constante evolução, buscando sempre adotar as melhores práticas de mercado em consonância com os normativos do Banco Central do Brasil, de modo a ser compatível com a natureza das operações, a complexidade dos produtos e a dimensão da exposição aos riscos. São realizados testes de estresse para exercício, com finalidade definida, de avaliação prospectiva dos potenciais impactos e análise de sensibilidade permitindo avaliar o impacto decorrente de variações em um parâmetro relevante específico no capital de eventos na instituição.

Riscos de conformidade: compreendendo as unidades de compliance, controles internos e prevenção à lavagem de dinheiro e combate ao financiamento ao terrorismo (PLD/CFT), atua com a missão de manter em pleno atendimento das regras e regulamentações que permeiam a atividade de intermediação financeira. Através do monitoramento da regulamentação interna e externa, incluindo apoio as áreas da CFI para o seu efetivo atendimento, revisão e publicação de normas. No âmbito de PLD/CFT monitora tanto as propostas dos clientes em potencial, quanto as movimentações atípicas ou suspeitas dos clientes utilizando-se de processos e melhores práticas de mercado.

a) Risco operacional: conforme a Resolução nº 4.557/2017 do CMN, define-se o risco operacional como a possibilidade da ocorrência de perdas resultantes de eventos externos ou de falha, deficiência ou inadequação de processos internos, pessoas ou sistemas. A gestão desse risco ocorre a partir das recomendações do Committee of Sponsoring Organizations of the Treadway Commission (COSO), respeitando os normativos vigentes.

O gerenciamento do risco operacional é realizado através do mapeamento de processos e o levantamento de riscos já identificados, os controles implementados e o rastreamento das falhas ocorridas.

b) Risco de mercado: conforme a Resolução nº 4.557/2017 do CMN, define-se o risco de mercado como a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes da flutuação dos valores de mercado de instrumentos detidos pela Instituição e o IRRBB como o risco, atual ou prospectivo, do impacto de movimentos adversos das taxas de juros no capital e nos resultados da instituição financeira, para os instrumentos classificados na carteira bancária. A gestão da metodologia baseada em perdas de valor econômico e de resultado de intermediação financeira, denominadas Delta EVE e Delta NII para cálculo de requerimento de capital, tem como características evidenciar as diferenças entre a gestão e o controle de Risco de Mercado da Taxa de Juros da gestão e o controle do IRRBB. O monitoramento da exposição ao risco se dá com base na volatilidade de mercado que é possível estimar a perda máxima de uma carteira, dado um intervalo de tempo e um índice de confiança. c) Risco de crédito: conforme Resolução nº 4.557/2017 do CMN, define-se como risco de crédito a possibilidade de ocorrência de perdas associadas ao não cumprimento pela contraparte de suas obrigações nos termos pactuados, à desvalorização, redução de remunerações e ganhos esperados em instrumento financeiro decorrentes da deterioração da qualidade creditícia da contraparte, do interveniente ou do instrumento mitigador, à reestruturação de instrumentos financeiros e os custos de recuperação. A gestão desse risco utiliza do monitoramento de diversos indicadores que demonstram os níveis de qualidade da carteira, além da exigência de capital regulatório. d) Risco de liquidez: conforme Resolução nº 4.557/2017 do CMN, define-se o risco de liquidez como a possibilidade de a Instituição não ser capaz de honrar eficientemente suas obrigações esperadas ou inesperadas e de não conseguir negociar a preço de mercado uma posição, devido ao seu tamanho elevado em relação ao volume normalmente transacionado ou em razão de alguma descontinuidade no mercado. A gestão desse risco monitora o fluxo de caixa diário, projetando cenários para o horizonte de um ano, além de indicadores de liquidez de curto e longo prazos. e) Gerenciamento de capital: conforme Resolução nº 4.557/2017 do CMN, define-se o gerenciamento de capital como o processo contínuo de monitoramento e controle do capital mantido pela Instituição, de avaliação da necessidade de capital para fazer face aos riscos a que a Instituição está exposta e do planejamento de metas e de necessidade de capital, considerando os objetivos estratégicos da Instituição. A gestão consiste na construção de cenários que contemplam a evolução projetada para os ativos da Instituição, bem como o resultado esperado em função das receitas e despesas orçadas.

19 Limite operacional (acordo da basileia)

Em 30 de junho de 2023, a Financeira encontra-se enquadrada no segmento S4. O Índice de Basileia para a data base é de 11,90%, apurado de acordo com o estabelecido nas Resoluções CMN nº 4.955/21, nº 4.958/21 e demais normativos complementares. Realizamos em junho de 2023 um aumento de capital no montante de R\$ 8.900.000 (oito milhões e novecentos mil reais), o qual estamos aguardando a homologação do Bacen para devida integralização.

Descrição	30/06/2023	31/12/2022
(A) Patrimônio Referência (PR)	20.124	23.599
Capital Social	65.000	55.000
Deduções do Capital Principal exceto Ajustes Prudenciais	38.155	26.978
Ajustes Prudenciais Exceto Participações não consolidadas e Crédito Tributário	6.722	4.424
(B) Risco Total (RWA)	169.105	185.304
RWACpad	137.853	131.175
RWAOpad	31.252	54.129
Capital Cobertura do Risco de Taxa de Juros - Carteira Bancária	4.165	3.206
INDICE DE BASILEIA	11,90%	12,74%

* **

Mario Zanatta Júnior
Diretor Executivo

Deisiane Cristine Landvoigt
Contadora - CRC RS-089155/O-2